

O que os devedores dirão ao FMI

A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

O grupo dos 24 prepara o documento que será apresentado sexta-feira

Grupo dos 24 reúne-se hoje tecnicamente, em Washington, para definir as posições que os países do Terceiro Mundo adotarão no encontro conjunto anual do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional.

As reuniões plenárias formais começam na próxima segunda-feira, mas nos próximos sábado e domingo haverá duas reuniões cruciais do comitê interino e do comitê de desenvolvimento daquelas instituições. Os dois comitês, em suas áreas específicas, estabelecerão os rumos que o Banco Mundial e o FMI deverão seguir nos próximos meses.

O Brasil é membro do chamado Grupo dos 24, em que é representado pelo ministro da Fazenda Ernesto Galvás. Mas a reunião do grupo de nível ministerial só ocorrerá na sexta-feira. Até lá, os suplentes dos ministros já terão formulado a linha básica consensual que será defendida pelas nações que participam do Grupo dos 77, do qual o Grupo dos 24 é o braço encarregado de questões monetárias e desenvolvimentistas.

No seu comunicado, o grupo dos 24 deverá fazer sua própria análise da economia mundial e de suas perspectivas a curto e médio prazo. É possível que o grupo reflita a posição assumida por países latino-americanos em relação à dívida externa. Esses países propuseram uma reunião de governos de nações credoras e devedoras, mas a idéia não foi muito bem recebida pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As autoridades norte-americanas preferem as negociações individuais e a manutenção da metodologia adotada até agora.

Além disso, a última reunião de cúpula dos países industrializados decidiu que o fórum certo para o debate coletivo da dívida externa é o próprio comitê de desenvolvimento do Banco Mundial e do FMI, cuja tarefa é exatamente cuidar da transferência de recursos reais para os países em desenvolvimento.

Os norte-americanos devem reafirmar nas reuniões desta e da próxima semana que a fase crítica da dívida já passou, que a estratégia utilizada deu certo, que o forte desempenho da economia norte-americana tem ajudado a retirar os demais países das malhas da recessão mundial e que as nações em desenvolvimento devem continuar a ajustar suas economias para me-

recer crédito dos bancos e das organizações internacionais.

Ao passo que os países em desenvolvimento desejam pelo menos manter os atuais níveis do chamado "acesso ampliado" aos recursos do FMI — o teto máximo acumulado já foi reduzido de 600% para 500% da cota —, o Tesouro e alguns aliados industrializados querem diminuí-lo ainda mais. Os Estados Unidos e alguns países europeus também se opõem a outra reivindicação do Terceiro Mundo, de uma nova alocação de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda-reserva do FMI, no valor de uns US\$ 10 bilhões. O secretário do Tesouro, Donald Regan, argumenta que numa nova alocação desses recursos os países que mais precisam deles são os que receberiam menos, já que a distribuição se baseia no valor das cotas, de acordo com os estatutos do Fundo.

Essas e outras questões serão resolvidas pelo comitê interino, que tem 22 membros, um dos quais é o Brasil. O comitê é o órgão político-programático por excelência do FMI, e suas decisões antecedem a abertura formal das reuniões plenárias. É inevitável também que o comitê interino espelhe, de maneira indireta e vaga, as críticas aos déficits públicos e às taxas de juros, especialmente dos Estados Unidos.